



31846511



08012.000226/2025-40



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos
Coordenação-Geral de Análise e Formalização
Coordenação de Formalização

I - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 03/2025

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a)	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Nome da autoridade competente:	Wadih Nemer Damous Filho
Número do CPF:	548.124.457-87
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR – SENACON Presidente do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	200401/00001 - SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR - SENACON - Conselho do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)
Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	200401/00001 - SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR – SENACON - Presidente do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Fundação Oswaldo Cruz
Nome da autoridade competente:	Mário Santos Moreira
Número do CPF:	764.386.357-15
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	CI /CCTIS/Fiocruz Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria Nº 2.277-MS, de 13 de abril de 2023
b) UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	315 - FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz/254420/025201
Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:	315 - FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz/254420/025201

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE INTERVENIENTE	
a) Unidade Descentralizada e Responsável	
Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Periferias
Nome da autoridade competente:	Guilherme Simões Pereira
Número do CPF:	312.007.188-98
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Secretário Nacional de Políticas para Territórios Periféricos - Secretaria Nacional de Periferias

3. OBJETO
Soluções Sociotécnicas para Adaptação Climática Inclusiva de Populações Vulneráveis em Favelas e Periferias Urbanas.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

Este projeto tem como **objetivo geral** Reduzir vulnerabilidades socioambientais, promovendo a resiliência das populações vulneráveis às mudanças climáticas e fortalecendo o protagonismo comunitário na identificação, análise e enfrentamento dos riscos climáticos locais.

Meta 1 - Coordenar a elaboração dos Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) em 100 comunidades de favelas e periferias urbanas

Etapa 1.1 - Estruturar a coordenação nacional e coordenar a formação dos agentes, a execução dos PCRA e as oficinas sociotécnicas.

Meta 2 - Formar agentes populares e realizar mobilização comunitária em 100 favelas e periferias urbanas

Etapa 2.1 - Formar agentes populares em 100 comunidades de favelas e periferias urbanas

Etapa 2.2 - Elaborar Planos comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) em 100 comunidades de favelas e periferias urbanas

Meta 3 - Executar oficinas sociotécnicas com ações táticas de adaptação climática como estratégia de educação continuada dos agentes populares e implementação das ações de adaptação climática em 100 comunidades de favelas e periferias urbanas

Etapa 3.1 - Realizar oficinas sociotécnicas para operacionalização das ações de adaptação climática oriundas dos PCRA

Etapa 3.2 -Sistematizar os resultados da elaboração dos PCRA, formação dos agentes populares e oficinas sociotécnicas para estabelecimento e publicação de diretrizes nacionais que nortearão a implementação da política pública

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A proposta pauta-se na necessidade de propor e implementar soluções adaptativas em comunidades situadas nas periferias urbanas, cujas populações estão entre as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, reconhecendo a importância da integração do conhecimento local e da participação comunitária, *in verbis*:

De acordo com os resultados do Censo 2022, o Brasil contabiliza 12.348 favelas e comunidades urbanas, distribuídas em 656 municípios. Nesses territórios, vivem 16.390.815 pessoas, ou 8,1% da população do país (IBGE, 2022). A maioria das favelas e comunidades urbanas ocupa a porção litorânea do território brasileiro, principalmente as áreas de concentração de população das regiões Sudeste e Nordeste, seguidas de comunidades ao longo do curso do rio Amazonas, na região Norte, e, em terceiro lugar as populações residentes na fronteira agrícola entre Belém e Brasília. As favelas se desenvolvem nos mais variados tipos de espaços urbanos do país, como, por exemplo, no alto de morros, encostas, planícies, depressões, mangues e restingas (IBGE, 2022).

Análises realizadas por grupos de pesquisa que atuam com o tema mudanças climáticas e seus impactos em periferias urbanas e favelas revelaram que a intensificação de eventos climáticos extremos e outras tragédias ambientais no Brasil está reforçando a injustiça socioambiental, impactando desproporcionalmente grupos sociais tradicionalmente vulneráveis. As mesmas análises demonstraram que renda, raça/cor da pele, gênero e o local em que vivem são fatores que definem quem são as pessoas mais vulnerabilizadas a eventos extremos. Esses grupos também estão entre os mais afetados por problemas de saúde coletiva, como surtos epidêmicos de contágio hídrico ou vetorial, decorrentes da falta de saneamento básico e do acesso à água potável e ao tratamento de esgoto (Instituto Polis, 2022).

Assim, as populações que habitam as periferias urbanas estão entre as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. A crescente intensidade e recorrência de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, inundações, vendavais e movimentos de massa, afetam diretamente a qualidade de vida de quem reside nesses territórios. A falta de infraestrutura adequada e a baixa capacidade de adaptação dessas comunidades fazem com que as consequências desses fenômenos climáticos sejam ainda mais severas, gerando perdas materiais e humanas significativas e ampliando as desigualdades sociais e econômicas.

Nesse contexto, estratégias de adaptação climática nas periferias urbanas se apresentam como um desafio urgente e uma prioridade no que tange à implementação de políticas públicas que visem a proteção e promoção do bem-estar dessas populações, seja envolvendo essas comunidades na construção de capacidades de adaptação climática, seja no fortalecimento da resiliência diante de situações inevitáveis, além da redução/mitigação de riscos.

O presente projeto visa enfrentar essas questões de maneira abrangente e participativa, reconhecendo a importância da integração do conhecimento local e da participação comunitária nas soluções adaptativas. Ao longo dos últimos anos, as comunidades periféricas, em grande parte, foram excluídas das decisões que envolvem o planejamento e a implementação de ações de adaptação climática. No entanto, estudos demonstram que a participação ativa dos moradores na identificação de riscos, na definição de soluções e na execução de ações de adaptação é fundamental para o sucesso de qualquer intervenção, pois promove o fortalecimento da governança local e aumenta a eficácia das medidas adotadas.

A elaboração de Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA), com a formação prática de agentes populares de base comunitária por meio de oficinas sociotécnicas de ações táticas, será a principal ferramenta deste projeto. Esses planos têm como objetivo identificar e mapear os riscos climáticos específicos de cada comunidade, priorizar as ações necessárias e propor soluções que atendam às necessidades locais, respeitando as particularidades socioculturais e territoriais. A metodologia utilizada será fortemente participativa, incorporando as leituras dos territórios e perspectivas dos moradores, lideranças locais e agentes comunitários, o que garantirá que as intervenções propostas sejam relevantes e adequadas ao contexto de cada comunidade (bairro, núcleo, favela etc.), gerando benefícios significativos para essas comunidades, uma vez que a construção desses planos prevê:

- Realizar a leitura e mapeamento dos riscos de desastres dos territórios;
- Orientar as comunidades sobre práticas coletivas antecipatórias e de autoproteção diante das emergências climáticas;
- Elaborar, em conjunto com a comunidade, planos de contingência para situações de eventos climáticos extremos;
- Estabelecer rotas de fuga e caminhos seguros em emergências;
- Orientar quanto ao uso seguro dos espaços urbanos e ambientais;
- Apoiar na identificação e implementação de abrigos comunitários;
- Realizar mutirões para promover boas práticas, com foco na execução de ações de prevenção, preparação e mitigação de riscos;
- Propor intervenções locais (de baixa complexidade), com implementação de soluções baseadas na natureza, e ações de adaptação climática. Tais intervenções podem envolver: implementação de escadarias e corrimãos em locais específicos para ampliar a segurança e mobilidade da população, em especial idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida; implantação de jardins de chuva para redução do escoamento superficial das águas que causam inundações e alagamentos, valetas e escadas hidráulicas; adaptação de praças para oportunizarem pontos de refúgio de calor; dentre outras ações com efetividade para adaptação climáticas que possam ser implementadas pela própria comunidade.

O primeiro passo para uma proteção mais efetiva da população aos desastres socioambientais é o (re)conhecimento dos riscos existentes no território. Assim, a participação das comunidades no mapeamento e nas oficinas sociotécnicas não apenas proporcionará uma compreensão mais profunda dos riscos e das vulnerabilidades, mas também fortalecerá o protagonismo e a autonomia das populações, o que é essencial para a continuidade e manutenção das ações a longo prazo, bem como a ampliação dessas iniciativas em outras localidades do território uma vez que a população será capacitada para a implementação das tecnologias sociais desenvolvidas nas oficinas.

Complementarmente, a formação de agentes populares para adaptação climática permitirá disseminar o conhecimento adquirido, promovendo uma rede de multiplicadores capazes de dar continuidade às ações e sensibilizar outras comunidades sobre a importância da adaptação climática. É importante destacar que cada território possui diferentes riscos de desastres, que são mensurados em função dos perigos/ameaças e da vulnerabilidade da população. Ou seja, quanto maior a vulnerabilidade da população maior será o risco, ainda que diante de um mesmo perigo/ameaça, pois há uma multiplicidade de fatores que levam à construção de riscos em cada território.

Os PCRA buscam realizar o mapeamento dos riscos e a proposição de intervenções locais de adaptação climática a partir da perspectiva da comunidade local. A participação da comunidade em todas as etapas dos planos comunitários é um componente central na elaboração desse instrumento. Essa participação pode ocorrer por meio de oficinas participativas, mapeamento popular, mapeamento afetivo, grupos focais, entre outras metodologias e dinâmicas que colocam as comunidades como protagonistas na avaliação e priorização dos riscos e problemas socioambientais enfrentados no território, além do desenho de ações de prevenção e mitigação de riscos, com indicação de soluções estruturais e não estruturais. A elaboração do PCRA em cada um dos territórios, para além dos resultados esperados na metodologia, também funcionam como estratégia de capacitação dos agentes populares e comunidade.

A realização das oficinas sociotécnicas com implementação de ações táticas, a partir dos consensos construídos na elaboração do PCRA, será uma das bases de formação continuada em campo (atividade prática) dos agentes populares, e está embasada na execução das soluções de baixa complexidade para adaptação climática. Dessa maneira, a definição dos métodos e materiais necessários para a realização das oficinas sociotécnicas com ações táticas será feita coletivamente com as comunidades, com a gestão ativa dos agentes populares e a coordenação local dos PCRA.

Com isso, espera-se que a execução do projeto contribua de maneira significativa para a construção de cidades resilientes, com comunidades mais preparadas para enfrentar os desafios climáticos, por meio da ação conjunta entre poder público e comunidades de favelas e periferias urbanas. É importante enfatizar que em todas as etapas do projeto serão observados os princípios e diretrizes da administração pública.

Por fim, as soluções propostas serão desenvolvidas também com base em princípios de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, considerando as especificidades de cada território e priorizando ações de baixo custo, mas de alto impacto, garantindo que os benefícios da adaptação climática alcancem aqueles que mais necessitam, criando um modelo replicável e escalável para outras comunidades de favelas e periferias urbanas.

O Decreto 11.146/2023, estabeleceu a nova estrutura do Ministério das Cidades e criou a Secretaria Nacional de Periferias – SNP/MCID, que dentre suas atribuições principais: a urbanização de favelas e assentamentos precários, e a prevenção e mitigação de riscos e desastres ambientais nas periferias. A SNP também exerce um papel importante na articulação com agentes territoriais locais, com o objetivo de gerar e impulsionar a mobilização social. Sua missão é o desenvolvimento de políticas públicas integradas e transversais que atuem na transformação de periferias e favelas urbanas, englobando as políticas urbanas e sociais.

A Fiocruz, com expertise no campo da saúde pública, tem atuado na territorialização da Agenda 2030, ativando redes sociotécnicas para ação nos territórios, elaborando e monitorando mapas de riscos dos territórios de periferias, destaca-se ainda, o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes) que participa de forma direta nas ocasiões de desastres e o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos em Saúde - Cidacs que desenvolve estudos sobre o impacto das políticas públicas e da mudança climática na vida das pessoas e territórios.

Para tanto, um conjunto de atividades precisam ser desenvolvidas e implementadas na parceria periferias e saúde, desde avaliação das políticas públicas, mapeamentos de risco, formação de rede nacional de gestão de risco de desastres, até a criação de plataforma interativa dos territórios periféricos brasileiros contendo tanto as vulnerabilidades e carências quanto os equipamentos e tecnologias sociais geradas nas periferias pelos agentes públicos e comunitários. É importante ressaltar que o projeto vai contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030, sendo que diretamente, trabalharemos para melhorar os indicadores do ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis, que tem como objetivo: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, para isso, nossas ações se dirigirão prioritariamente, para a Meta 11.5: Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(x)Sim

()Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X)Sim

()Não

Conforme Decreto nº 10.426/2020, Art. 2º, VI, o pagamento poderá ser destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Despesas Operacionais Administrativas e ISS (31530955).

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
METAS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INÍCIO	FIM
Meta 1	Meta 01 - Coordenar a elaboração dos Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) em 100 comunidades de favelas e periferias urbanas Etapa 1.1 - Estruturar a coordenação nacional e coordenar a formação dos agentes, a execução dos PCRA e as oficinas sociotécnicas.				R\$ 13.111.699,00	Junho/2025	Abril/2027
Produtos	Elaboração de relatório semestral de planejamento das atividades 04 (quatro) Relatórios elaborados)					Junho/2025	Abril/2027
	Elaboração de processo de seleção de Coordenadores Técnicos	Coordenadores Técnicos contratados (50 Coordenadores Julho25 a junho 26 50 Coordenadores novembro 25 a novembro 26)	100	R\$ 5.000,00	R\$ 6.000.000,00	Julho/2025	dezembro/2026
	Elaboração de processo de seleção de Tutores	Tutores contratados (50 Tutores Julho25 a junho 26 50 Tutores novembro 25 a novembro 26)	100	R\$ 2.1000,00	R\$ 2.520.000,00	Julho/2025	dezembro/2026
	Elaboração de processo de seleção de Técnicos PCRA	Técnicos PCRA contratados (100 Tutores Julho25 a junho 26 100 Tutores novembro 25 a novembro 26)	200	R\$ 1.200,00	R\$ 2.880.000,00	Julho/2025	dezembro/2026
	Elaboração de processo de seleção de Coordenação Técnica Nacional	Técnicos contratados	06	R\$ 9.000,00	R\$ 1.296.000,00	Junho/2025	Abril/2027
	Emissão de passagens e diárias para acompanhamento técnico	Passagens e diárias emitidas (100 passagens e 300 diárias)	400	R\$ 3.016,00 380,00	R\$ 415.699,00	Junho/2025	Abril/2027

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
Meta 2	Meta 02 - Formar agentes populares e realizar mobilização comunitária em 100 favelas e periferias urbanas Etapa 2.1 - Formar agentes populares em 100 comunidades de favelas e periferias urbanas Etapa 2.2 - Elaborar Planos comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) em 100 comunidades de favelas e periferias urbanas				R\$ 12.323.783,00	Dez/2025	Dez/2027
Produtos	Elaboração de relatório anual de planejamento das atividades de pesquisa e extensão 05 (cinco) Relatórios elaborados)					Dez/2025	Dez/2027
	Elaboração de processo de seleção de Agentes Comunitários Locais (ACL)	Agentes Comunitários Locais contratados (500 Tutores Julho25 a junho 26 500 Tutores novembro 25 a novembro 26)	1.000	700,00	8.400.000,00	Julho/2025	dezembro/2026
	Elaboração de processo de seleção de Conteudistas do Curso de Formação de ACL	Conteudistas contratados	16	1.850,00	29.600,00	Julho/2025	dezembro/2025
	Contratação de Empresa(s) para realização dos webinários	Material audiovisual elaborado	12	4.750,00	57.000,00	Julho/2025	dezembro/2025
	Contratação de Empresa(s) para Produção e diagramação de material para capacitação dos agentes comunitários locais	Material técnicos-científicos e socio-técnico elaborado	100	5.000,00	500.000,00	Julho/2025	dezembro/2025
	Contratação de empresa para confecção e distribuição de Kit campo de identificação dos ACL	Kits de campo adquiridos e entregues	1000	2543,78	2.543.785,00	Julho/2025	dezembro/2025
	Emissão de passagens e diárias para acompanhamento técnico	Passagens e diárias emitidas (200 passagens e 500 diárias)	700	3.016,99 380,00	793.398,00	Junho/2025	Abril/2027
Meta 3	Meta 03: Executar oficinas sociotécnicas com ações táticas de adaptação climática como estratégia de educação continuada dos agentes populares e implementação das ações de adaptação climática em 100 comunidades de favelas e periferias urbanas Etapa 3.1 - Realizar oficinas sociotécnicas para operacionalização das ações de adaptação climática oriundas dos PCRA Etapa 3.2 -Sistematizar os resultados da elaboração dos PCRA, formação dos agentes populares e oficinas sociotécnicas para estabelecimento e publicação de diretrizes nacionais que nortearão a implementação da política pública				R\$ 42.414.538,35	Junho/2025	Abril/2027
Produtos	Elaboração de relatórios semestral de planejamento das atividades de pesquisa e extensão (04 (quatro) Relatórios elaborados)					Junho/2025	Abril/2027

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
	Contratação de empresas especializadas para apoio nas oficinas sociotécnicas com ações táticas	Oficinas Sociotécnicas realizadas	100	R\$ 329.612,41	R\$ 32.961.241,00	Junho/2025	Abril/2027
	Emissão de passagens para acompanhamento técnico	Passagens emitidas	200	R\$ 3.016,99	R\$ 603.398,00	Junho/2025	Abril/2027
	Custos indiretos Fundação de Apoio	Relatório de prestação de contas	01	R\$ 8.849.899,35	R\$ 8.849.899,35	Junho/2025	Abril/2027

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
MÊS/ANO	VALOR
2025	R\$ 37.000.000,00
2026	R\$ 30.850.139,15
TOTAL	R\$ 67.850.139,15

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039	SIM (R\$ 8.849.899,35)	R\$ 67.850.139,15
TOTAL		R\$ 67.850.139,15

Os valores médios das passagens foram calculados com base nas médias das emissões realizadas para a execução de Planos Municipais de Redução de Riscos de Desastres (outra estratégia desenvolvida pela Secretaria Nacional de Periferias) e dos PCRA em andamento, ambos fomentados pela SNP. Já os valores médios de diárias foram definidos com base no Decreto nº 11.872, de 29 de dezembro de 2023 (31062166).

Quanto os valores de referências dos profissionais previsto no Projeto, cujos os valores são definidos pela Tabela da FIOTEC (31062166).

12. PROPOSIÇÃO	
Rio de Janeiro - RJ, na data da assinatura.	MÁRIO SANTOS MOREIRA Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Unidade Descentralizada
Brasília - DF, na data da assinatura.	GUILHERME SIMÕES PEREIRA Secretário Nacional de Políticas para Territórios Periféricos Unidade Interviente
13. APROVAÇÃO	
Brasília - DF, na data da assinatura.	Wadih Nemer Damous Filho Presidente do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) Unidade Descentralizadora

Observações

- 1) Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.
- 2) A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Simoes Pereira, Usuário Externo**, em 17/06/2025, às 10:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA, Usuário Externo**, em 17/06/2025, às 12:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wadih Nemer Damous Filho, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 17/06/2025, às 16:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31846511** e o código CRC **14AC9D3B**
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
